

# Aumento da escolarização não reduz repetência

por Livia Ferrari  
do Rio

Ao longo da década de 80, houve um aumento das taxas de escolarização para todas as classes de renda, decorrente do crescimento da oferta de vagas no sistema escolar brasileiro. O aumento relativo das taxas de escolarização foi maior nas classes de renda mais baixas (até um quarto de salário mínimo per capita, a proporção passou de

61,9%, em 1981, para 72,7% em 1989). Mas esse aumento quantitativo não foi acompanhado por um aumento qualitativo do ensino.

Os níveis de repetência, evasão e promoção mantiveram-se praticamente constantes ao longo do período. A proporção de repetentes chegou, em 1989, inalterada em torno de 20% para o conjunto do País e o índice de evasão dos bancos escolares aumentou de

10 para 13%. Do total de matrículas escolares, realizadas durante a década de 80, 65% foram desperdiçadas com evasões e repetências, colocando a população brasileira numa condição cruel: um dos mais baixos índices de estudos do mundo — média total de 4,7 anos de estudo.

Essas são algumas das conclusões do Sistema de Informações sobre Crianças e Adolescentes (Sinca), resultante de fontes de es-

tatísticas básicas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério do Trabalho e Previdência Social, Ministério da Educação e Cultura e Ministério da Saúde. O estudo observa que, em 1989, a taxa de escolarização das crianças e jovens (até 17 anos), mais pobres cresce cerca de 20%, em relação a 1981. Mas, apesar desse aumento, são ainda as crianças dessas famílias que permanecem fora da

escola em maior proporção: nas classes de rendimento de até um quarto de salário mínimo per capita, apenas 72,7% das crianças estavam frequentando escola em 1989, enquanto nas classes com rendimento acima de dois salários mínimos essa proporção é de 97%.

O mesmo estudo aponta ainda algumas causas para o alto índice de repetência e evasão escolar, com des-

taque para a falta de condições sócio-econômicas para permanecer na escola; mudanças frequentes de domicílio, em função da instabilidade do mercado de trabalho dos pais; ingresso precoce da criança e do adolescente no mercado de trabalho; inadequação da escola à sua clientela majoritária; e estabelecimento de padrões de avaliação que discriminam o aluno pobre.